

28 MAR 2018

FOLHA DE S. PAULO

Ciro critica politização da Justiça brasileira

Na Inglaterra, pré-candidato do PDT disse considerar exótica aparição de juízes na TV, como a entrevista de Moro

Ex-ministro questionou também a transmissão de julgamentos do Supremo, à qual chamou de provinciana

DANIEL BUARQUE

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DE LONDRES

O pré-candidato à Presidência **Ciro Gomes** (PDT) criticou nesta terça-feira (27) o que vê como uma entrada da Justiça brasileira na política. Para ele, é isso que acontece em momentos como a entrevista do juiz federal **Sergio Moro** ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, nesta segunda (26) e na transmissão de julgamentos do Supremo Tribunal Federal, como a discussão sobre o ex-presidente **Luiz Inácio Lula da Silva**.

“Me incomoda, por definição, juiz dar entrevista. Sou da velha guarda. Um juiz, ao explicitar valores, ele entra na política. Este é o universo da política. O juiz deveria se circunscrever a colocar sua sabedoria jurídica e imparcialidade a serviço dos autos”, disse, após uma palestra na Universidade de Sussex, no sul da Inglaterra.

Ciro disse que não chegou a assistir à entrevista de Moro, mas afirmou achar essa politização da Justiça exótica, em suas palavras. “Uma TV Justiça transmitindo ao vivo um julgamento, isso é muito terceiro-mundista, muito provinciano para o meu gosto”, disse.

Para ele, um juiz tem que

ter transparência não em entrevistas, mas nos autos. “Essa é a transparência que se espera. Se não, é o universo da política. E a política, por definição, é o contraditório. A verdade, na política, é uma confrontação dialética de posições antagônicas”, disse.

Para o pré-candidato, a viagem para dar palestras em universidades na Europa e nos Estados Unidos, para onde vai em abril, é importante não só por questão de prestígio. “Meu objetivo era tentar formar uma corrente de opinião”, disse.

Segundo ele, é importante gerar um debate amplo sobre o país, pois “a população não presta atenção em política”, disse. “A população tem uma vida muito dura, difícil, e a política, para ela, é um ruído que quase sempre vem associado com coisa muito ruim, muito decepcionante, muito frustrante. Isso tem a ver com este momento do país”, disse o pré-candidato.

Apesar da avaliação, ele disse que ninguém é capaz de superar a vontade popular na escolha de seus governantes, e que o Brasil é um país de tendência autoritária. “Nós, brasileiros letrados, temos uma certa impaciência com a democracia. [...] Democracia é regime de conquista, que presume um cidadão treinado para isso. Não somos treinados. Nosso povo não foi treinado. Nossa história é uma história autoritária. Somos um país autoritário, elitista, escravista”, disse.

Ciro minimizou o impacto da manipulação de informações em redes sociais e disse acreditar na inteligência do povo. “Boato existe desde que existe eleição. Você tem que apostar na inteligência do povo. Hoje eu tenho um lugar para responder.”

Para ele, o escândalo da Cambridge Analytica, acusada de manipular eleitores nos EUA na eleição de Donald Trump e no plebiscito do “brexit”, saída britânica da União Europeia, parece exagerado. “Isso é mentira. Você pode até ter agregado em cima de uma tendência poderosa alguma coisa”, disse.

28 MAR 2018

FOLHA DE S. PAULO

Fachin relata ameaças e pede providências

Ministro do STF diz que família foi ameaçada e fala em preocupação com segurança

Relator da Operação Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal), o ministro Edson Fachin, afirmou ter havido ameaças a membros de sua família e se disse preocupado com a segurança.

Em entrevista à GloboNews divulgada nesta terça-feira (27), o ministro do Supremo disse que tem tratado do assunto com a presidente da corte, ministra Cármen Lúcia, e com uma delegada da Polícia Federal que atua no tribunal, e contou que pediu providências.

“Uma das preocupações que tenho não é só com julgamentos, mas também com a segurança de membros de minha família. Tenho tratado desse tema e de ameaças que têm sido dirigidas a membros de minha família.”

Ele disse que “nem todos os instrumentos ainda foram agilizados”. “Eu efetivamente ando preocupado com isso e esperando que não troquemos a fechadura de uma porta já arrombada também nesse tema.”

O ministro responde pela operação na corte há um ano.

Não é a primeira situação do tipo envolvendo a Lava Jato neste ano. Em janeiro, o presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região Carlos Eduardo Thompson Flores disse que juízes tiraram suas famílias do Rio Grande do Sul por causa de ameaças. O tribunal regional, com sede em Porto Alegre, é responsável por casos da operação na segunda instância.

28 MAR 2018

FOLHA DE S. PAULO

Ônibus de caravana de Lula no PR são atacados por tiros

Ex-presidente não estava em nenhum dos dois veículos,

Um pneu foi furado por ganchos de metal lançados na estrada; Lula enfrentou vários protestos no Sul

CATIA SEABRA

ENVIADA ESPECIAL A LARANJEIRAS DO SUL

Dois dos três ônibus da caravana do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foram atingidos pelo que parecem ser quatro tiros nesta terça (26), no Paraná.

Um dos veículos, ocupado por jornalistas, foi alvejado três vezes. A lataria apresenta duas perfurações, e o vidro, mais um.

Outro ônibus, que transportava convidados, apresenta um quarto orifício semelhante ao de um tiro. Ninguém ficou ferido.

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, disse que a caravana foi "vítima de uma emboscada". Não houve confirmação de tiro por nenhuma autoridade policial.

O ataque ocorreu na saída da cidade de Quedas do Iguaçu, no Paraná, quando a caravana seguia para Laranjeiras do Sul.

Não foi possível identificar seus autores.

Pouco antes, Lula havia feito um comício no qual prometeu recriar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e legalizar os quilombolas.

A cidade é cercada por assentamentos, em uma região que concentra 8.000 famílias.

O coordenador da caravana, Márcio Macedo, informou que vai apurar detalhes do ataque, mas já disse que se algo acontecer ao ex-presidente ou a qualquer integrante da comitiva "será responsabilizada" do presidente Michel Temer, do ministro de Segurança Pública, Raul Jungmann, e do governador do Paraná, Beto Richa (PSDB).

O trecho do Paraná foi o único em que a caravana não foi escoltada por policiais militares. No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, os ônibus foram acompanhados pela polícia militar estadual e pela Polícia Rodoviária Federal.

Gleisi disse que, após o ataque desta terça, os organizadores procuraram Jungmann pedindo reforço. Eles também registraram boletim de ocorrência.

Um dos pneus do ônibus que levava os jornalistas foi ainda furado por ganchos de metal pontiagudo lançados na estrada por opositores do ex-presidente.

A caravana do petista tem sido alvo de protestos em praticamente todas as cidades pelas quais passou nos últimos dias, na região Sul.

No domingo (25), em São Miguel do Oeste, Santa Catarina, manifestantes contrários ao petista receberam os ônibus com ovos e pedras — a janela da frente do ônibus em que estava Lula acabou quebrada.

Mais tarde, enquanto o petista falava ao público, o palanque voltou a ser alvo de ovos.

HELICÓPTERO

A Polícia do Paraná negou, nesta terça (27), pedido da coordenação da caravana para aterrissagem de um helicóptero no campo da PM (Polícia Militar) na cidade de Quedas do Iguaçu, onde o petista participou de um evento sobre reforma agrária.

A solicitação foi recusada pelo responsável pelo comando Regional da Polícia Militar do Paraná em Cascavel, comandante Washington Lee Abe, que assumirá provisoriamente a PM de Quedas do Iguaçu. Esse é o mesmo coronel que causou polémica ao criticar publicamente a comissão em torno no assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL).

Com a recusa do coronel, a organização da caravana teve que pedir autorização a um centro de exposições — e obteve. Mas, como as fortes chuvas impediram a decolagem do helicóptero, Lula teve que embarcar em um avião para pouso na cidade de Pato Branco.

CONTINUA

28 MAR 2018

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

AS HIPÓTESES DE LULA

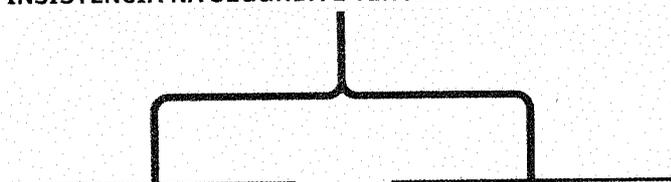
Com recurso negado, ex-presidente mantém disputa para evitar prisão e conseguir candidatura



HABEAS CORPUS NO STF

Principal esperança de Lula, o pedido de habeas corpus preventivo feito ao Supremo Tribunal Federal será julgado no próximo dia 4. A sessão foi interrompida no último dia 22, e o petista conseguiu o direito de não ser preso até que a corte se posicione de maneira definitiva a respeito. Mesmo se Lula for beneficiado, isso não mudará a situação de seus direitos políticos

INSISTÊNCIA NA SEGUNDA E TERCEIRA INSTÂNCIAS



No TRF-4

Defesa pode pedir "embargos dos embargos" ao próprio TRF-4, contestando a decisão tomada pela corte na última segunda-feira (26). Mas os juízes que cuidam da Lava Jato no tribunal têm rejeitado esse tipo de recurso sem julgar

Aos tribunais superiores

Quando não houver mais como recorrer ao tribunal da Lava Jato em Porto Alegre, o ex-presidente deve apresentar recurso especial ao STJ e extraordinário ao STF. Inicialmente, o próprio TRF-4 decide se esses recursos podem ou não aos tribunais superiores



A TENTATIVA DE SER CANDIDATO

1

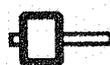
A **Lei da Ficha Limpa** barra candidaturas de condenados por um conjunto de juízes, como é o caso de Lula. Quando o prazo da apresentação de embargos dos embargos ao TRF-4 acabar, Lula será em tese ficha suja, mas apenas a Justiça Eleitoral poderá aplicar ou não a inelegibilidade

2

Ele pode tentar obter uma espécie de "superliminar" no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para registrar a candidatura, mas a possibilidade de sucesso é remota

3

O PT deve então lançar **outro candidato à Presidência**. Os mais cotados são o ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad ou o ex-governador da Bahia Jaques Wagner



MAIS CASOS NA PRIMEIRA INSTÂNCIA

Lula responde a outras seis ações penais nas operações Lava Jato, Janus e Zelotes: duas estão em Curitiba e quatro em Brasília. Ainda não houve sentença em nenhuma delas

28 MAR 2018

FOLHA DE S. PAULO



FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

PRAÇA DE GUERRA

Ruralistas de todo o país estão sendo convocados por suas associações de classe para protestar em frente ao STF (Supremo Tribunal Federal) no dia 4 de abril. A data coincide com o julgamento do habeas corpus de Lula, o que preocupa setores da segurança do governo e também do PT.

NA HISTÓRIA

A possibilidade de um embate entre os ruralistas, tradicionalmente contrários, em sua maioria, a Lula, e militantes que defendem o ex-presidente é considerada real. A animosidade com que a caravana do petista foi recebida no sul do país, com pedras e ovos, foi um alerta do que pode estar por vir.

PAINEL DO LEITOR

Prisão após 2ª instância

Vamos seguir as leis; no fim será melhor para todos. Nesse caso, não há margem para interpretação da Carta Magna, além da literal.

MARCELO SILVA (Ilhabela, SP)

A Constituição é claríssima: ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória (artigo 5º). Para mudá-la, basta uma emenda aprovada pelo Congresso Nacional. Não é função do Judiciário.

ALEXANDRE DIAS (Curitiba, PR)

28 MAR 2018

PAINEL DO LEITOR

Sergio Moro

A atuação de Moro no julgamento dos crimes que desviaram bilhões da Petrobras não o candidata à canonização, o que significa dizer que ele peca como todo e qualquer mortal ("Moro elogia ministra que decidirá caso Lula", Poder, 27/3). Na entrevista ao Roda Viva, ele saiu em defesa do uso indiscriminado do auxílio-moradia pelos magistrados, justificando-o pela não ocorrência do reajuste a que a categoria tem direito — caso para o qual, supostamente, a imprensa não teria dado atenção. Bobagem. Ele erra ao sobrepor o corporativismo ao interesse público.

ELIAS MENEZES (Belo Horizonte, MG)

Quem dera os ministros do Supremo Tribunal Federal tivessem a lucidez e a simplicidade do juiz Sergio Moro. O Brasil seria muito diferente. Que ele sirva de exemplo para as próximas gerações, que ainda não se contaminaram pela vaidade, arrogância e incoerência.

GIOVANNA CHIODI (Belo Horizonte, MG)

Juiz não deveria ser pop star.

GUILHERME MIGUEL DE OLIVEIRA
(Além Paraíba, MG)

Judiciário

Enquanto o TRF da 4ª Região se mantém sereno, equilibrado e consciente de suas responsabilidades perante a sociedade e o país, o STF se transforma em palco para gambiarras nas jurisprudências, que vigoram segundo o humor e o ego dos ministros e os interesses dos seus patrocinadores. A presidente da corte, ministra Cármen Lúcia, demonstrou recentemente sua preocupação com a possibilidade de o tribunal vir a se apequenar. Existe, ainda, após o espetáculo circense da última sessão, como se apequenar mais?

CARLOS ALBERTO BELLOZI (Belo Horizonte, MG)

Foi um exemplo para o Judiciário o comportamento dos juizes do TRF-4. Sem vaidades, sem discursos longos. Foram técnicos, expeditos e objetivos. Se os ministros do STF se portassem assim, conseguiriam julgar muito mais processos e passariam uma sensação de firmeza, confiança e segurança para a população.

MARCOS DIAS DA SILVA (Jacareí, SP)

28 MAR 2018

FOLHA DE S. PAULO

Prisão de petista trará forte reação social, diz Cardozo

Ex-ministro da Justiça diz que Judiciário tem cometido excessos e diz que prisão após condenação em 2ª instância viola Constituição

WÁLTER NUNES
DE SÃO PAULO

Desde que saiu do governo Dilma Rousseff, o ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo tem viajado pelo exterior para falar sobre o impeachment da presidente, em 2016. Esteve em países como os EUA, Itália e Portugal.

“Desde o impeachment de Dilma, o Brasil não se recuperou”, diz.

Quando está no Brasil, Cardozo atua como criminalista. Tem dois escritórios, em Brasília e São Paulo. Defende, segundo eles, alguns parlamentares. Diz não se lembrar se algum está envolvido em processos da Lava Jato.

Folha - O presidente Lula está condenado no caso do triplex e pode ser preso. Como o sr. viu esse fato?

José Eduardo Cardozo - As sentenças são fragilíssimas do ponto de vista jurídico sob vários aspectos. Você não tem uma demonstração probatória capaz de levar a uma condenação num caso como esse. Além de você ter um questionamento muito evidente de irregularidades que acontecem no processo, inclusive quanto à competência do juiz de primeira instância, Sergio Moro, para julgar a causa, uma vez que a competência dele seria dada por desvios comprovados da Petrobras.

E no caso a evidência mostra que não tem nada a ver uma coisa com outra. Além da questão probatória, do enquadramento jurídico equivocadamente, não existe o ato de ofício

(contrapartida em troca de vantagem ilegal) do presidente Lula, há toda uma suposição que não seriam base condenatória em nenhuma condição normal de apreciação judicial. Por conta disso acho uma profunda injustiça que pode não só trazer danos à pessoa do presidente Lula condenado como também ao processo político eleitoral.

O STF ainda vai julgar um habeas corpus preventivo de Lula e a legalidade da execução da pena a partir de uma condenação em segunda instância. O que o sr. espera?

A Constituição é muito clara quando fala que qualquer execução de sentença no âmbito penal exige o trânsito em julgado. Não há outra interpretação possível. No entanto, formou-se a maioria no Supremo, da qual eu respeitadamente discordo, no sentido de permitir a execução da sentença a partir da condenação em segunda instância. Eu acho essa posição juridicamente difícil de ser sustentada em face a Constituição. Espero, sinceramente não só pelo caso de Lula, mas de todas as situações, que efetivamente você tenha uma mudança da maioria do Supremo e a afirmação daquilo que claramente o legislador constitucional diz.

Como o sr. vê a possibilidade de prisão do ex-presidente?

Eu acho que ninguém está acima da lei e nem deve ser tratado diferentemente em seus termos, mas deve ser tratado dentro dos parâmetros

legais aplicáveis a todos. Se houvesse provas contra ele eu evidentemente lamentaria e silenciaria. E me curvaria reverenciosamente ao decidido. Mas não é o caso. O que está se cometendo é um verdadeiro arbítrio. É uma situação clamorosamente indevida.

O sr. teme reação forte da militância caso o ex-presidente seja preso?

Eu não acho que a reação é forte da militância, ela é forte do ponto de vista social. É um desastre. Num momento em que se precisa de pactuação você tem um processo viciado, acelerado equivocadamente.

O sr. considera que o Judiciário não funciona bem?

Tem cometido excessos e vejo isso não só no Judiciário. Eu vejo o Brasil muito atingido na sua institucionalidade. Desde o impeachment da presidente Dilma Rousseff o Brasil não se recuperou.

CONTINUA

28 MAR 2018

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Como o sr. analisa o momento da PF?

No período em que eu estava como ministro da Justiça procurei ao máximo cumprir a lei e respeitar o Estado de Direito, que é o papel do ministro da Justiça. Eu nunca interfeiri em nenhuma investigação, nunca. Eu respeito os nomes e os delegados da Polícia Federal, nós temos hoje um homem, que é o [Rogério] Galloro [atual diretor-geral], que é uma pessoa que eu respeito muito, foi o segundo homem do doutor Leandro Daiello [ex-diretor-geral]. Convivi muito com ele, sei que é uma pessoa séria, e eu espero que o governo deixe a Polícia Federal trabalhar em paz, mas coíba os abusos.

O ex-diretor Fernando Segovia caiu porque disse em entrevista que uma investigação envolvendo o presidente Temer tendia a ser arquivada. O sr. acha que o governo Temer tentou interferir na PF?

As declarações foram infelizes, o diretor não tem que opinar sobre isso. Tem que garantir a lisura das operações.

28 MAR 2018

FOLHA DE S. PAULO

De onde menos se espera

CARLOS FERNANDO DOS SANTOS LIMA

O Barão de Itararé, como jocosamente o jornalista e humorista político Apparício Torelly (1895-1971) se autointitulava, dizia que, “de onde menos se espera, daí que não sai nada”. Apesar de seu cunho anedótico —ou porque nós, brasileiros, escondemos nossa desesperança sob o manto da ironia e do gracejo—, essa frase resume bem o enredo da pantomima que nossa Justiça criminal oferece aos brasileiros.

Esse teatro de absurdos se repetiu no plenário do STF no último dia 22, pois, mesmo com a solenidade do cenário, os monólogos grandiosos de alguns de seus atores não mais fascinavam a plateia, muito mais atenta às consequências nefastas da decisão do que à erudição dos votos. Nem mesmo o seu intérprete mais experiente, o decano Celso de Mello, soava verdadeiro. Talvez acostumado a outra espécie de interpretação, plena sempre de lições morais, o mais antigo membro do tribunal se mostrava desconfortável com a obviedade do papel que se obrigou a assumir.

Como crer que ele nada tinha a ver com toda a encenação? De que se tratava de apenas mais um habeas corpus, quando fora ele próprio que colocou a presidente do Supremo perante o dilema de abrir ela mesma as cortinas do HC do condenado Luiz Inácio Lula da Silva, ou de se ver pela primeira vez na história do STF obrigada a pautar uma medida por uma questão de ordem dos demais ministros?

Como acreditar, em uma opinião sem convicção, que não se podia punir o paciente —nesse caso mais para impaciente, pela demora da Justiça— quando esse HC passou à frente de 5.000 outros? Como fazer crer que fazia o correto, quando evidente que desejava somente impedir que a Justiça criminal se tornasse verdadeiramente republicana com a pura e simples aplicação do precedente e a prisão de Lula?

Mas não apenas o seu discurso soava suspeito, mas o de todos que o acompanhavam, especialmente

Como crer que se fez o certo no STF quando só se desejava impedir a Justiça criminal de aplicar o precedente e a prisão do ex-presidente Lula?

quando outros atores daquele plenário, mais conscientes do seu papel histórico, deixavam clara a inconsistência da retórica falsamente voltada a todos os pobres condenados deste Brasil. Tratava-se, na realidade, apenas de um pot-pourri —no sentido literal dessa expressão, “panela de carnes podres”— de colocações sem sentido que visavam apenas a resolver o problema prisional do ex-presidente.

Ao final, incapazes de levar a representação ao seu clímax, decidiram estender a ilusão de Justiça em uma novela que mantém todos nós, espectadores, presos na plateia até o seu capítulo derradeiro, não por sua excelência, mas porque não podemos abandonar este grande circo que se tornou o Brasil.

Não faltaram pretensos gestos teatrais, cômicos, não fossem trágicos, como o brandir de um cartão de check-in, como se a presença daquele julgador fosse imprescindível à decisão, para justificar o fim da discussão e a concessão de um salvo-conduto temporário para Lula.

Dessa história, contudo, sabemos o final. A trama não ilude ninguém. Ainda vão decidir o mérito, dizem os espectadores mais esperançosos com o próximo capítulo. Ainda há fé na redenção para alguns personagens, pensam. Mas, de onde menos se espera, nenhuma surpresa acontecerá. Apresentam-nos um drama em que o formalismo e o fausto das vestes não escondem um final previsível e bem ensaiado.

Entretanto, tão desacostumados à crítica verdadeira, têm eles esperança de ouvirem ao final elogios por sua atuação. “O doutor foi magnífico quando impediu que houvesse baderna em nossas ruas”, ou “Co-

mo aceitar que criminalizem a política desse jeito”, lhes dirá uma reduzida claque contratada por honorários astronômicos.

Estamos diante apenas de mais uma encenação, como a do clássico “A Revolução dos Bichos” de George Orwell. Se não deixarmos clara nossa indignação, ouviremos como a última fala do porco triunfante: “Todos os animais são iguais, mas alguns são mais iguais que outros”. Não foi esse teatro de justiça que nossa Constituição prometeu. Será que podemos pedir nosso ingresso de volta?

CARLOS FERNANDO DOS SANTOS LIMA é procurador regional da República e membro da força-tarefa da Lava Jato no Ministério Público Federal do Paraná

FOLHA DE S. PAULO 28 MAR 2018

STF manda para casa

ex-chefe da Assembleia

do RJ

Picciani passa a prisão domiciliar; corte também rejeitou denúncia contra Jucá

Decisões vêm em semana em que STF está no centro das atenções, depois de conceder liminar a favor de Lula

REYNALDO TUROLLO JR.
DE BRASÍLIA

A Segunda Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu mandar para casa o ex-presidente da Assembleia do Rio Jorge Picciani (MDB), afastado do mandato e em prisão preventiva desde novembro. Por maioria, os ministros concederam prisão domiciliar devido ao estado de saúde dele.

O colegiado também rejeitou, nesta terça (27), uma denúncia da Procuradoria-Geral da República contra o senador Romero Jucá, que foi acusado de corrupção passiva e lavagem numa investigação derivada da Operação Zélotos, por supostamente atuar no Senado para beneficiar a Gerdau.

As decisões vêm em uma semana em que o Supremo está no centro das atenções, depois de conceder uma liminar que proibe a prisão do ex-presidente Lula, condenado em segunda instância por corrupção e lavagem no caso do triplex de Guarujá (SP). A análise do habeas corpus de

Lula está prevista para a próxima quarta (4).

A Segunda Turma é composta por 5 dos 11 ministros do Supremo. Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes — que está em Portugal, onde participará de um evento na semana que vem — não participaram. Desta quarta (28) até domingo (1º), todos os ministros estarão de folga, devido ao feriado da Páscoa.

O habeas corpus pedido pela defesa de Picciani não estava inicialmente na pauta da turma. O relator, ministro Dias Toffoli, decidiu colocá-lo em mesa (levá-lo para julgamento, no jargão do STF) por considerar o caso urgente e ver risco de vida para Picciani na cadeia.

Segundo o advogado Nelio Machado, Picciani já passou por quatro cirurgias na próstata, enfrenta um câncer grave, usa dez fraldas descartáveis por dia e está com outros seis detentos em uma cela, à qual a perícia médica não pôde ter acesso por decisão do tribunal regional.

“Não se está pedindo que ele seja colocado em liberdade, mas que seja tratado com a dignidade humana que advém da nossa Carta Cidadã. Por que não ter essa cautela?”, disse o defensor.

O pedido de habeas corpus já havia sido negado no STJ (Superior Tribunal de Justiça) pelo ministro Felix Fischer.

Toffoli reconheceu que há uma súmula (de número 69) que proíbe que o Supremo julgue habeas corpus contra decisão do relator no STJ.

No entanto, ele considerou que era o caso de superar excepcionalmente essa regra e conceder a domiciliar por questões humanitárias. Celso de Mello acompanhou seu voto. Já Edson Fachin foi contra. A votação foi 2 a 1 a favor do habeas corpus.

JUCÁ

No caso de Jucá, Fachin entendeu que não há provas de que as tratativas registradas em emails entre Jucá e o empresário Jorge Gerdau Johannpeter, representante da Gerdau que também teve a denúncia arquivada, envolveram condutas criminosas.

“Nada há de concreto a evidenciar que as negociações em torno dessa medida provisória [a MP 627/2013] resultaram em vantagem indevida”, afirmou em seu voto.

Celso de Mello e Toffoli acompanharam o relator pela rejeição da denúncia, por unanimidade. Toffoli elogiou o voto de Fachin e disse que a denúncia oferecida pela PGR tinha o objetivo de criminalizar a política.

No último dia 13, a Primeira Turma recebeu uma denúncia contra Jucá num caso relativo à Odebrecht, tornando-o réu.

28 MAR 2018

FOLHA DE S. PAULO

Com Moro, Roda Viva tem audiência mais alta em 18 anos

DE SÃO PAULO - O programa Roda Viva, da TV Cultura, obteve 3,8 pontos de audiência, e pico de 4,6, com a exibição da entrevista com o juiz Sergio Moro, responsável pela Operação Lava Jato, nesta segunda-feira (26).

Essa foi a maior audiência em 18 anos do programa — que estreou em 1986 e tem audiência geralmente abaixo de um ponto. Em 2017, a média ficou em 0,7 ponto.

Com a entrevista, a TV Cultura só ficou atrás de Globo, SBT e Record. No Ibope, cada ponto na audiência nacional representa 693.786 pessoas. Já o share — participação da audiência entre o total de aparelhos ligados na região — chegou a 6,3 pontos.

O programa também chegou pela primeira vez ao primeiro lugar nos assuntos mais comentados no Twitter no mundo, com a hashtag #RodaViva. A transmissão online via YouTube e Facebook alcançou mais de 1,1 milhão de visualizações.

A edição desta segunda foi a última comandada pelo jornalista Augusto Nunes.

Procuradoria pede prorrogação de inquérito sobre gestão da UFSC

DE BRASÍLIA - O Ministério Público Federal em Florianópolis pediu a prorrogação, por mais 90 dias, do inquérito da Operação Ouvidos Mudos, que investiga supostas irregularidades na gestão da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina).

Ao mesmo tempo, esse caso passou das mãos da delegada da Polícia Federal Erika Marena para as do delegado Nelson Napp. Uma das principais delegadas das primeiras fases da Operação Lava Jato, Erika tomou posse como superintendente da PF em Sergipe. Com isso, deixou a condução do inquérito no dia 5.

A Procuradoria ainda aguarda a entrega do relatório final da PF, ainda sem prazo para ser concluído.

O inquérito foi aberto em

agosto de 2016 a partir de relatório encaminhado pela CGU (Corregedoria Geral da União), que analisou a aplicação de recursos públicos no curso de ensino a distância de licenciatura em física da UFSC.

Em setembro de 2017, a PF deflagrou a Ouvidos Mudos, com acompanhamento da Procuradoria e autorização da Justiça Federal.

Um dos presos provisórios foi Luiz Carlos Cancellier, então reitor da UFSC. Ele era investigado porque assinou uma portaria pela qual atraiu para seu gabinete uma apuração que estava em andamento na Corregedoria da universidade.

Cancellier foi solto um dia depois e negou ilegalidades ou crimes ao tentar acesso à apuração interna. Dias depois, ele se matou em um shopping.

LIMINAR NO STF DEMÓSTENES É AUTORIZADO A CONCORRER

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, concedeu nesta terça (27) liminar suspendendo a inelegibilidade do ex-senador Demóstenes Torres (PTB-GO). O ex-senador foi cassado em 2012 pelo Senado sob acusação de mentir sobre suas relações com o empresário Carlos Cachoeira.

28 MAR 2018

FOLHA DE LONDRINA

Depois do TJ, MP também quer gratificação

Procuradores e promotores enviam anteprojeto à AL propondo benefício por acúmulo de função que custará R\$ 6,6 milhões anuais

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba – Assim como o Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, o Ministério Público (MP) Estadual enviou à Assembleia Legislativa (AL) um anteprojeto de lei propondo gratificação por acúmulo de função aos seus membros. Conforme a mensagem 232/2018, que tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, procuradores e promotores de Justiça que exercerem outras funções na carreira, além daquelas exigidas pelo cargo que ocupam, receberão até um terço a mais de remuneração. O impacto financeiro previsto é de R\$ 513 mil mensais e R\$ 6,67 milhões anuais, ou seja, ainda maior que o do TJ, estipulado em R\$ 2,2 milhões.

Os valores viriam da dotação orçamentária própria do MP. Também respeitariam o teto do funcionalismo, atualmente fixado em R\$ 33,7 mil. Na reunião de ontem da CCJ, o deputado Tadeu Veneri (PT) pediu vista da matéria, adiantando a apreciação da legalidade para hoje. E, da mesma forma que se deu quando da chegada do texto que instituiu o benefício aos juizes e desembargadores, o líder do governo Beto Richa (PSDB) no Legislativo, Luiz Cláudio Romanelli (PSB),

apresentou requerimento solicitando regime de urgência. A votação, contudo, também ficou para hoje, uma vez que o líder da oposição, Anibelli Neto (PMDB), sugeriu que a questão fosse debatida em plenário.

“Tão logo a CCJ se manifeste pela constitucionalidade, ele [projeto] irá para outras comissões e, estando pronto, vou pautar. Pretendo fazer com que os dois [do MP e do TJ] caminhem na mesma pauta. As matérias são praticamente idênticas e vou pautá-las no mesmo dia”, disse o presidente da AL, Ademar Traiano (PSDB). Questionado sobre qual seria sua opinião acerca do conteúdo, o tucano desconversou. “Cabe a nós a análise legal e a aprovação. A discussão do mérito fica para a sociedade (...) Eu sou um magistrado. A mim cabe pautar. Eu não voto”, afirmou.

Na justificativa, o procurador-geral de Justiça, Ivonei Sfoggia, defende a equivalência e a “paridade com a Magistratura”, usando os mesmos argumentos do Tribunal para conceder a vantagem. “Não se deve olvidar que são a Magistratura e o Ministério Público carreiras jurídicas com semelhante estrutura,

possuindo seus membros semelhantes direitos, deveres, vedações e prerrogativas funcionais”, escreveu.

PLENÁRIO

Para Romanelli, a proposta é “extremamente razoável”. “Você vai ter um ganho de produtividade. Ao mesmo tempo, o impacto financeiro, considerando o dispêndio anual com gastos em pessoal do Ministério Público, de cerca de R\$800 milhões, vai ser de R\$ 6,6 milhões, ou seja, menos de 1% sob o total. Você vai ter gratificação para quem exerce funções administrativas, promotores com excesso de trabalho, além dos que vão ter que responder por mais de uma comarca. Os critérios adotados são isonômicos e, ao mesmo tempo, extremamente razoáveis”.

Veneri, entretanto, adiantou que seu voto será contrário, tanto na constitucionalidade quanto no mérito. “Eles [promotores e procuradores] já recebem uma série de benefícios e não estão numa situação, como alguns alegam, extremamente difícil para requererem mais 33%, assim como os deputados não têm motivo para requererem qualquer tipo de benefício.

CONTINUA

28 MAR 2018

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Pedi vista porque entendo que o projeto não contempla aquilo que a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) prevê, mas, mais do que isso. No mérito sou totalmente contra". Ainda assim, o petista admitiu que será difícil convencer seus pares. "A Assembleia historicamente tem tido um papel de aprovar todos os projetos que vêm dos demais poderes", lamentou.

28 MAR 2018

FOLHA DE LONDRINA

Com a palavra, Maria da Penha

Em passagem por Curitiba, ativista que dá nome à lei federal contra a violência doméstica ressaltou a importância do empenho do gestor público e das instituições para que a legislação saia do papel



Maria da Penha: "A lei tem incomodado muitos homens, inclusive do poder"

“

*Se não está funcionando
corretamente não
é culpa da lei”*

CONTINUA

Magaléa Mazziotti

Reportagem Local

Curitiba - Na mesma semana em que o pecuarista Mauro Janene Costa foi condenado em primeira instância a 11 anos de prisão em regime fechado pela morte da professora de música Maria Estela Correa Pacheco, ocorrida em Londrina em outubro de 2000, o ícone do combate à violência contra a mulher, a farmacêutica e ativista Maria da Penha, que dá nome a lei federal 11.340, participou de vários eventos em Curitiba, incluindo uma visita a Casa da Mulher Brasileira e uma palestra sobre a Violência Doméstica e suas Consequências, na Associação Evangelizar é preciso. Como ela reconhece, “praticamente sozinha” lutou 19 anos e seis meses para que o ex-marido, o professor colombiano Marco Antonio Heredia Viveros fosse a julgamento. No caso da família de Estela Pacheco, mesmo em tempos de redes sociais e empoderamento feminino, foram 17 anos e cinco meses de espera, sendo que o pecuarista ainda pode recorrer em liberdade.

“A lei tem incomodado muitos homens, inclusive do poder”, constata a ativista. Sobre a efetividade da legislação, ela acrescentou. “Aparece de vez em quando um deputado, senador desvirtuando a lei. Se ela não está funcionando corretamente não é culpa da lei, é culpa do gestor público que não faz [a lei] sair do papel”. Maria da Penha ainda esclareceu que para funcionar, é preciso ter um centro de referência da mulher. “Para ela

ser orientada psicologicamente, juridicamente e possa avaliar o que é mais viável. Isso não é a realidade das mulheres brasileiras porque o gestor público não está tirando do papel”, observou. Nesse aspecto, ela ressalta a Casa da Mulher Brasileira em Curitiba. “Isso funciona ali na Casa da Mulher Brasileira. Ela vê seu filho na creche, enquanto procura ajuda.”

PESQUISA

Maria da Penha falou sobre dados preliminares de uma pesquisa realizada pela Universidade Federal do Ceará, em parceria com o instituto que leva seu nome, em que se constatou que na região, a proporção de três órfãos de mãe para cada mulher vítima de feminicídio. Ela conta que na época em que sofreu violência doméstica, em um primeiro momento, decidiu silenciar por medo de deixar as filhas órfãs. “Não procurei entrar com um processo de separação, porque estava havendo um movimento de mulheres do Sudeste denunciando casos de assassinatos que aconteciam, somente pelo fato da mulher não querer continuar com o relacionamento. Dois casos, Lindomar Castilho e da Doca Street, marcaram essa época. Diante daqueles exemplos, eu que gosto de buscar os meus direitos até o fim, me calei. Por medo de deixar minhas filhas órfãs”, reconhece.

A ativista considera fundamental o empoderamento e o acolhimento entre as mulheres no combate a violência doméstica.

“Comecei a minha luta praticamente só. Não existia nem delegacia da mulher no País. Eu percebia que estava errado o sofrimento que eu tinha. E me dava um sofrimento psicológico muito grande, o fato dele agredir muito minhas filhas”, avalia. “Eu consegui superar tudo que me relaciona com esse fato. Pelo alcance da minha luta e pelo fato que no momento que recebi o tiro enquanto dormia e quis me mexer e não me mexia, pedi muito a Deus que não deixasse minhas filhas órfãs de mim. Na época, elas tinham seis, quatro e a caçula não tinha completado dois anos. Podia me deixar de qualquer jeito, mas que permitisse que eu vivesse. E fui atendida. Saí de uma condição de quase tetraplégica, passei dois meses no Hospital Geral, depois fui para o Sara Kubitschek, em Brasília, e quando o plano dele de simular o assalto foi descoberto, iniciei a minha grande luta de 19 anos e seis meses.”

Viveros foi julgado em uma época que não existia a lei do feminicídio. Então, ele cumpriu dois anos de regime fechado, mas era o que existia. “Não consigo pensar no que deu errado. Só consigo pensar no que precisa ser feito para dar certo”. Maria da Penha afirma que falar disso machuca, porém, é necessário. “Machuca, foi uma decepção muito grande, mas não posso deixar de contar o que passei para encorajar outras mulheres e serem mais perspicazes e se ajudarem, orientando umas as outras ou denunciando no 180.”

CONTINUA

28 MAR 2018

FOLHA DE LONDRINA
CONTINUAÇÃO

MARIELLE

Sobre o caso da execução da vereadora carioca Marielle Franco (PSOL), na semana passada, Maria da Penha acredita que o gênero não influenciou. Na avaliação da ativista, as demais bandeiras da vereadora carioca contra racismo, homofobia e os questionamentos quanto a atuação da polícia no Rio motivariam a execução, caso fosse do gênero masculino. "A imprensa tem um papel superimportante de dar visibilidade ao descumprimento da lei e a violação dos direitos", concluiu.

28 MAR 2018

FOLHA DE LONDRINA

Raquel Dodge pede que STF receba denúncia contra Aécio

Agência Estado

Brasília – Em manifestação encaminhada ao STF (Supremo Tribunal Federal), a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, acusou o senador Aécio Neves (PSDB-MG) de usar o cargo para atingir objetivos espúrios e reiterou o pedido para que a Corte receba a denúncia apresentada contra o tucano pelos crimes de corrupção passiva e obstrução de Justiça no âmbito da delação feita por executivos da J&F.

Aécio foi gravado pedindo R\$ 2 milhões ao empresário Joesley Batista e é acusado de tentar atrapalhar o andamento das investigações da Lava Jato. Além do senador tucano, a PGR denunciou no ano passado Andrea Neves da Cunha, irmã de Aécio, Frederico Pacheco de Medeiros, primo do senador e Mendherson Souza Lima, ex-assessor parlamentar do senador Zezé Perrella (MDB-MG).

“o senador vilipendiou de forma decisiva o escopo de um mandato eletivo e não poupou esforços para, valendo-se do cargo público, atingir seus objetivos espúrios”, observou Raquel.

Já os acusados alegam haver indícios de que o então procurador Marcelo Miller atuou na elaboração da colaboração premiada, o que levaria à anulação do acordo e as provas dele obtidas. Também argumentam que a gravação do diálogo mantido entre o senador tucano e o empresário seria resultado de uma indução e provocação da própria PGR.

“A circunstância de Marcello Miller não retira de tais colaborações a condição de serem manifestações livres e conscientes de vontade dos colaboradores”, ponderou Raquel.

28 MAR 2018

FOLHA DE LONDRINA

INFOAME

Moro na tv

O programa Roda Viva, da TV Cultura, obteve um pico de 4,6 pontos com a exibição da entrevista com o juiz Sergio Moro, responsável pela Operação Lava Jato. Segundo o Ibope, essa foi a maior audiência em 18 anos do programa - que estreou em 1986 e tem em média um ponto.

#RodaViva

O programa também chegou pela primeira vez ao primeiro lugar nos Trending Topics Mundial no Twitter. Por volta das 23h, a entrevista passou a ser o tema mais comentado na rede, com menções a Moro e TV Cultura. O número de tuítes chegava a 115 mil. O termo "Roda Viva" foi o mais buscado no Google nesta segunda-feira. A transmissão online via Youtube e Facebook alcançou mais de 1,111 milhão de visualizações, com pico de 127 mil espectadores simultâneos no YouTube.

Ameaça à Lava Jato

O relator da Operação Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal), Edson Fachin, afirmou ter havido ameaças a membros de sua família e se disse preocupado com a segurança. Em entrevista à Globonews, o ministro disse que tem tratado do assunto com a presidente do STF, Cármen Lúcia, e com uma delegada da Polícia Federal que atua no tribunal, e contou que pediu providências. Fachin construiu sua carreira no Paraná e é membro do Supremo desde 2015. Ele assumiu a relatoria da Lava Jato após a morte de Teori Zavascki em um acidente aéreo no início de 2017.

CLAUDIO HUMBEATO

Congresso imita STF e decreta 'esticadão' de folga

Senadores e deputados não ficariam para trás depois de, sem qualquer cerimônia, os ministros do Supremo Tribunal Federal mostrarem, na quinta (22), que estavam batendo em retirada para o "esticadão" de dez dias de "semana santa". Uma lei autoriza os ministros do Estado laico a celebrar a partir de quarta (28) o feriado do dia 30, da Sexta-Feira. Como no STF, parlamentares só voltam ao trabalho na terça-feira (3).

O ESTADO DE S. PAULO

FERNÃO LARA MESQUITA

Democracia e 28 MAR 2018

controle do Judiciário

Teve Atenas e teve Roma. Uma fracassou porque não chegou a inventar o recurso à representação, a

outra porque inventou a democracia representativa, mas não a fórmula para submeter de fato o representante à vontade dos seus representados. É nesse mesmo “brejo” que nós chafurdamos com 1.500 anos de atraso. Brasília não enxerga os confins do “império”. Os confins do “império” não enxergam Brasília, que só age e legisla em causa própria. E assim os “bárbaros”, de caneta ou de fuzil na mão, nos vão mergulhando na barbárie.

A democracia.3.1 fechou o século 18 afirmando que quem devia mandar era o povo e nenhum poder e nenhum dinheiro poderiam, mais, ser outorgados por um homem a outro homem. Só o que fosse consequência do esforço individual e do merecimento seria aceito. Sendo assim, passaram a eleger diretamente a maioria dos funcionários antes nomeados por políticos de modo a torná-los mais suscetíveis aos destinatários finais dos seus serviços e sujeitos a cobranças e demissões ainda que blindados contra a politicagem.

Mas logo descobriram que quatro anos podiam ser muito, muito tempo. A democracia.3.2 abriu o século 20 estendendo os poderes do cidadão-eleitor para antes e para depois do momento das eleições de modo a dar ampla efetividade ao controle por ele exercido sobre os atos dos seus representantes e funcionários eleitos. Afirmou também, em paralelo, que a liberdade individual é exercida na nossa dimensão de produtores e consumidores e não pode ser garantida senão pela competição

No modelo de ‘eleições de retenção’, juiz só se mantém na função se o povo se disser satisfeito

entre patrões e fornecedores pela nossa preferência e que, portanto, este devia ser o limite da recompensa econômica ao desempenho individual.

O controle do Judiciário foi sempre o passo mais difícil em cada etapa dessas reformas. Apesar de todas as razões que tornam desejável a independência desse Poder, durou pouco mais de 50 anos, nos Estados Unidos, o sistema de nomeação de juízes que copiava o sistema dos reis europeus (o nosso). Ainda que essa nomeação fosse para uma função vitalícia “enquanto (o agraciado) se comportasse bem”, faltava inventar uma maneira de dar consequência prática a essa ressalva retórica. Na falta dela, a corrupção pegou forte no Poder que podia decidir sobre a liberdade e os bens alheios.

Em 1832 o Estado do Mississippi passou a eleger diretamente os seus juízes. O argumento dos que são contra esse sistema é que obrigá-los a fazer campanha eleitoral deixa os juízes “sujeitos ao poder econômico”. O argumento dos a favor é que “sujeito ao poder econômico todo mundo está” e que, com todos os inconvenientes considerados, eles preferiam que os seus juízes sujeitos ao poder econômico pudessem ser “deseleitos” se dessem sinais dessa sujeição. Até 1861, quando começou a guerra civil, 24 dos 34 Estados da União da época já tinham aderido a esse sistema.

Houve um momento também em que eles consideraram seriamente sujeitar à cassação por referendo apenas as sentenças judiciais que revertissem reformas políticas. O país estava

vivendo a sua mais profunda crise, em tudo semelhante à do Brasil de hoje. Tinha passado por um processo de urbanização violento, as cidades estavam à beira do caos, mergulhadas na miséria e no crime, a industrialização tinha dado um poder de corrupção gigantesco a empresários que, mancomunados com juízes e políticos que controlavam havia décadas as máquinas partidárias, impediam a renovação da política e revertiam toda reforma que se conseguia nos Estados e municípios. A campanha de Theodore Roosevelt por um terceiro mandato, em 1912, que abraçava essa bandeira, resumia o sentido da reforma que o ex-presidente empurrara durante dois mandatos anteriores e vinha conquistando o país, cidade por cidade, Estado por Estado, desde a virada do século 19 para o 20: voto distrital puro para amarrar cada representante aos seus representados, eleições primárias diretas para abrir a política à renovação, *recall* de políticos e funcionários a qualquer momento, referendo das leis dos Legislativos, abertura às leis de iniciativa popular. Começando por Los Angeles em 1903, as inovações vinham do Oeste, onde se estavam fixando os novos *self-made men*, para o Leste, onde os “interesses especiais” de velhas curriolas estavam enraizados havia mais tempo. A base dessa proposta era que o povo tem o direito de escolher o regime político sob o qual quer viver e, portanto, esse tipo de decisão não devia ser revogável por juízes sem mais apelação.

CONTINUA

28 MAR 2018

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Eles só conseguiram uma solução intermediária satisfatória a partir de 1940, quando o Estado do Missouri instituiu as “eleições de retenção” de juizes (*retention elections*). Nesse modelo os juizes continuam a ser selecionados, seja por conselhos especialmente constituídos, seja pelos governadores com confirmação dos Legislativos. Mas só se mantêm na função enquanto o povo, destinatário da justiça que fornecem, se disser satisfeito com o que recebe. Hoje 20 Estados, a cada quatro anos, incluem nas cédulas das eleições majoritárias, ao lado de tudo mais em que se vota diretamente lá (leis de iniciativa popular, referendos de leis dos Legislativos, mudanças em impostos, emissão de dívida pública, *recall* de funcionários, etc.), o nome de todos os juizes da jurisdição de cada eleitor (cíveis e criminais, de primeira instância ou das Supremas Cortes estaduais, equivalentes aos nossos STJs) a pergunta: “O juiz fulano de tal deve permanecer mais quatro anos no cargo?” “Sim” ou “não”. Se vencer o “não”, o juiz é destituído e o sistema põe outro no lugar. Um terço dos juizes americanos ainda são diretamente eleitos e muitos Estados combinam esse sistema ou o de nomeações com as *retention elections*. Mas juiz onipotente não existe mais em lugar nenhum.

Como na vida real manda quem tem o poder de DEMITIR, nas democracias de verdade quem tem o poder de demitir todo e qualquer servidor público a qualquer momento é o povo. Sem esse direito elementar, todo o resto da conversação sobre “democracia” é pura tapeação.

*

JORNALISTA, ESCREVE
EM WWW.VESPEIRO.COM

28 MAR 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Lula, o 'ficha-suja'



Se a Lei da Ficha Limpa vale o papel em que está escrita, o ex-presidente Lula da Silva tornou-se na segunda-feira passada, oficialmente, um "ficha-suja"

– isto é, não pode ter sua candidatura a qualquer cargo eletivo aceita pela Justiça Eleitoral, em razão de condenação judicial em duas instâncias.

A ressalva sobre a validade da lei é necessária porque, diante do atual comportamento errático do Judiciário, muitas vezes contrário à própria Constituição, pode ser que a Lei da Ficha Limpa acabe sendo ignorada nos tribunais superiores em favor do poderoso demiurgo de Garanhuns.

Em situação normal, a decisão da 8.^a Turma do Tribunal Regional Federal da 4.^a Região (TRF-4) de negar o derradeiro recurso da defesa de Lula contra a condenação a 12 anos e 1 mês de prisão, por corrupção e lavagem de dinheiro, enquadra o ex-presidente na Lei da Ficha Limpa, sem qualquer sombra de dúvida. Conforme o texto da lei, são considerados "ficha suja", ou seja, inelegíveis, os que, como Lula, forem condenados por corrupção e lavagem de dinheiro "em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado". O órgão judicial colegiado, neste caso, é a 8.^a Turma do TRF-4, composta por três desembargadores, que impuseram a Lula uma nova derrota por 3 a 0.

Mas o País não vive uma situação normal. Nada garante que criativos linares da hermenêutica jurídica nos tribunais superiores permitam que prevaleça uma interpretação marota da Lei da Ficha Limpa, sob medida para Lula, tornando-a letra morta. Não é difícil imaginar tal desfecho. Basta lembrar que o ex-presidente já poderia estar preso, mas continua livre e verboso graças a uma heterodoxa decisão do Supremo Tribunal Federal, que lhe concedeu generoso salvo-conduto, válido pelo menos até o julgamento de seu pedido de habeas corpus, marcado

para o próximo dia 4 – isso se nenhum ministro pedir vista, postergando a conclusão do processo para as calendas.

É claro que os rábulas petistas apostam que os tribunais superiores vão acabar se dobrando às suas chicanas, não apenas para manter Lula fora da cadeia, mas também para viabilizar sua candidatura. A estratégia, explícita, é embaralhar a interpretação da legislação de tal modo que o debate jurídico se arraste até depois das eleições, quando então, imaginam os petistas, haverá o fato consumado da vitória de Lula. "Tecnicamente, ele (Lula) não está inelegível", disse ao *Valor* o deputado e advogado petista Wadiah Damous (RJ), um dos protagonistas da defesa da presidente cassada Dilma Rousseff no processo de impeachment. "Quem decreta (a inelegibilidade) é o Tribunal Superior Eleitoral. Será uma situação muito interessante, com Lula vencedor no primeiro turno, com milhões de votos, e o Poder Judiciário tendo de decidir se impede a vontade popular."

Mais uma vez, como já se tornou comum em sua história, o PT lança um repto às instituições, em particular ao Judiciário. E essa provocação é ainda mais escandalosa porque se dá no mesmo momento em que Lula da Silva desfila pelo País a desafiador os juízes e promotores que ousam condená-lo – um deles já foi qualificado de "moleque" pelo ex-presidente, que se considera, nada mais, nada menos, que um "perseguido político".

Como tudo o que tem envolvido essa epopeia burlesca de Lula da Silva para se safar da Justiça, a tal "caravana" do ex-presidente – oficialmente destinada a "perscrutar a realidade brasileira", a celebrar "as grandes transformações pelas quais o País passou nos governos petistas" e a denunciar "o deliberado desmonte dos programas e políticas públicas de desenvolvimento e inclusão social, que vem sendo operado pelo governo golpista desde

2016" – não passa de uma farsa destinada a manter o condenado Lula em evidência.

Como demonstração de força, contudo, a "caravana" tem sido até aqui um completo fiasco, ganhando o noticiário apenas em razão dos episódios de violência protagonizados tanto por petistas quanto por seus antípodas. Assim, sem o povo ao seu lado, Lula joga todas as suas fichas na fragilidade das instituições. Para o bem do País, ele não pode ganhar.

Raquel reitera no STF pedido contra Aécio

Em manifestação ao STF, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, acusou o senador Aécio Neves (PSDB-MG) de usar o cargo para atingir objetivos espúrios e reiterou pedido para que a Corte receba denúncia apresentada contra o tucano pelos crimes de corrupção passiva e obstrução de Justiça no âmbito da delação feita por executivos da J&F. Para o advogado Alberto Zacharias Toron, defensor de Aécio, a manifestação "se limita a repetir termos genéricos da denúncia, revelando a fragilidade da acusação".

28 MAR 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Fachin afirma que sua família tem recebido ameaças

Ministro, que é relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, disse em entrevista que já pediu providências à presidência da Corte

Fábio Grellet / RIO

O ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou ontem que sua família está recebendo ameaças. Fachin também disse que já pediu providências à presidência da Corte, ministra Cármen Lúcia, sobre o caso.

“Uma das preocupações que eu tenho não é só com o julgamento, mas também com a segurança de membros de minha família. Tenho tratado desse tema e de ameaças que têm sido dirigidas a membros da minha família”, afirmou o ministro em entrevista ao jornalista Roberto D’Ávila exibida ontem à noite pela GloboNews.

Fachin relatou que já pediu providências também à Polícia Federal. As medidas, disse, já estão sendo adotadas. “Nem todos os instrumentos foram agilizados, mas eu, efetivamente, ando preocupado com isso, e esperando que não troquemos a fechadura de uma porta já arrombada também nesse tema”, completou, demonstrando tensão.

Para Fachin, o principal receio é de que algum familiar seja atacado por causa da sua atuação no STF. “Essas circunstâncias não são singelas, mas em relação a mim, que aqui estou por ter respondido afirmativamente ao chamamento que a vida me fez (...), sou grato à vida por poder prestar esse serviço. Fico preocupado com aqueles

que, membros da minha família, não fizeram essa opção e poderão eventualmente sofrer algum tipo de consequência. Mas espero que nada disso se passe”, afirmou.

O ministro, indicado para a Corte em 2015 pela então presidente Dilma Rousseff, não relacionou as ameaças a nenhum caso específico em que esteja atuando ou que tenha julgado.

Fachin afirmou que as autoridades públicas precisam ter comportamentos exemplares em meio à tumultuada situação atual do País. “Esse fenômeno tem implicado uma certa diluição da autoridade das instituições, dos que ocupam função pública e, ainda mais grave, da autoridade do próprio sistema normativo. O problema é que o outro lado dessa diluição é mais ou menos o Estado de todos contra todos, uma certa barbárie”, avaliou. Para ele, a tarefa de ser relator da Lava Jato é “um grande desafio”.

Escolta. Ontem, o STF informou, em nota, que autorizou o aumento do número de agentes para escolta permanente de Fachin. A presidência do STF reforçou um pedido para que a diretoria-geral da Corte examine e tome providências para aumento de número de seguranças para a família do ministro em Curitiba. / COLABORARAM TEO CURY e RAFAEL MORAES MOURA

● **Segurança**
O STF disse ontem que enviou ofício indagando a todos os ministros da Corte sobre a necessidade de alteração ou aumento do número de agentes de segurança.

CONTINUA

28 MAR 2018

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

RAFAEL MORAES MOURA

Maior exposição faz aumentar número de ofensas a ministro

O desconforto do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, com xingamentos e ofensas por e-mail vem aumentando desde o ano passado, quando ele passou a ser o relator da Lava Jato, substituindo Teori Zavascki, morto em acidente aéreo. Segundo o Estado apurou, o ministro vem recebendo um maior número de mensagens na esteira da maior exposição pública com os desdobramentos da operação e da delação da J&F, que atingiram a classe política em Brasília. Agora, a situação piorou depois que ele recebeu ameaças.

No fim do ano, Fachin confidenciou a interlocutores o incômodo com a situação e entrou em contato com a Polícia Federal, ainda que as mensagens hostis fossem consideradas algo mais difuso. O ministro é mais preocupado com a segurança de sua família do que com a dele mesmo, segundo relatos.

Dentro do STF, Fachin é conhecido pelos hábitos caseiros, costuma participar de poucos eventos públicos, mas frequentemente visita a família em Curitiba, onde mora a sua mulher, a desembargadora Rosana Amara Girardi, do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). Amanhã, está prevista a presença de Fachin em Rondonha (RS), onde participa das comemorações do 53.º aniversário da emancipação do município, sua terra natal.

Outros integrantes da Corte já viraram alvo de ofensas, tanto na esfera virtual quanto pessoalmente. O ministro Ricardo Lewandowski, por exemplo, recebeu mensagens de insulto enquanto comandava o processo de impeachment de Dilma Rousseff. Gilmar Mendes, por sua vez, foi hostilizado nas ruas de Lisboa e em voo comercial. Já Marco Aurélio Mello foi bombardeado com e-mails e telefonemas críticos à sua postura no julgamento do habeas corpus impetrado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

28 MAR 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Toffoli permite candidatura de Demóstenes

Rafael Moraes Moura
Vera Rosa / BRASÍLIA

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu a inelegibilidade do ex-senador Demóstenes Torres (GO) e abriu caminho para que ele dispute as eleições de outubro. Eleito pelo DEM, Demóstenes foi cassado pelo Senado em julho de 2012 por quebra de decoro parlamentar, acusado de usar o mandato para favorecer o empresário Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, envolvido com exploração de jogos ilegais e corrupção.

Procurador de Justiça, Demóstenes se movimenta para tentar uma candidatura ao Senado pelo PTB, partido ao qual se filiou no ano passado. Na decisão de ontem, Toffoli rejeitou o pedido para que ele reassumis-se a cadeira no Senado.

Toffoli libera análise sobre foro privilegiado

O ministro Dias Toffoli, do STF, devolveu a vista e liberou para julgamento questão de ordem que discute a restrição do foro privilegiado para parlamentares federais. Agora caberá à presidente da Corte, Cármen Lúcia, definir a data para a retomada das discussões. Em 23 de novembro, Toffoli pediu mais tempo para análise no julgamento, depois de ter sido formada maioria para reduzir o alcance do foro privilegiado para deputados federais e senadores. Sete ministros já deram votos favoráveis ao entendimento.

Por unanimidade, 2ª Turma do Supremo rejeita denúncia contra Jucá e Gerdau

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou, por unanimidade, a denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República contra o senador Romero Jucá (MDB-RR) e o empresário Jorge Gerdau no âmbito da Operação Zelotes. Participaram da sessão de ontem os ministros Dias Toffoli, Celso de Mello e Edson Fachin, relator do inquérito. Gilmar Mendes, que está em Portugal, e Ricardo Lewandowski não compareceram à sessão. Jucá (foto) é acu-



sado de, nos anos de 2010 e 2014, ter recebido vantagem indevida de R\$ 1,333 milhão paga mediante diversas doações oficiais feitas por Gerdau. O senador e o empresário negam irregularidades.

Picciani é autorizado a cumprir domiciliar

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal aceitou, por dois votos a um, pedido de habeas corpus solicitado pela defesa do deputado estadual Jorge Picciani (MDB-RJ) e autorizou sua transferência da cadeia de Benfica, no Rio, para prisão domiciliar por questões de saúde.

Os ministros Dias Toffoli, relator, e Celso de Mello acolheram pedido dos advogados do presidente afastado da Alerj.

6
ANOS DE PRISÃO É
A PENA IMPOSTA
PELO TRF-4 PARA
DELÚBIO SOARES

Tribunal aumenta pena de ex-tesoureiro do PT

O Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF-4) aumentou a pena do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares na Lava Jato, por lavagem de dinheiro no caso do empréstimo de R\$ 12 milhões do Banco Schahin destinado ao PT, em outubro de 2004. Em 1.ª instância, o juiz Sérgio Moro havia condenado Delúbio a 5 anos de prisão. Agora, a pena passou para 6 anos de reclusão em regime inicial fechado.

28 MAR 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Briga dos Steinbruch terá nova ação na Justiça

Os primos de Benjamin Steinbruch, Clarice e Léo Steinbruch, entrarão com liminar até o fim desta semana para que seus direitos políticos nas holdings que controlam os negócios da família sejam restabelecidos em caráter de urgência. Desde janeiro deste ano longe dos negócios, Léo e Clarice querem voltar a ter voz nas sociedades que estão abaixo das holdings, visto que a partilha do patrimônio comum, que é o objetivo final da ação que já está na Justiça, pode levar anos. Representados por Ricardo Tepedino, do escritório Tepedino, Migliori, Berezowski, Poppa Advogados, os primos querem que o acordo de acionistas, vigente desde 1994, volte a ser respeitado, enquanto aguardam o desfecho do processo judicial.

SÔNIA RACY

Nos trilhos

A notícia de que a Segunda Turma do STF rejeitou ontem, por unanimidade, denúncia apresentada pela PGR contra **Jorge Gerdau**, na Operação Zelotes, tranquilizou a iniciativa privada.

A acusação, segundo exportadores, não para empé. Ela diz que Gerdau teria doado recursos, via caixa 1, para que **Romero Jucá** votasse a favor do Grupo em medidas provisórias como a que instituiu regras para tributação de lucros obtidos por empresas brasileiras no exterior.

Essa MP melhorou a vida de todos os exportadores do Brasil - não só da Gerdau.

Nos trilhos 2

Outra coisa estranha que aconteceu foi a maneira com que a Polícia Federal ignorou os argumentos da defesa, sendo que a PGR fez a mesma coisa, segundo fonte ligada ao processo.

O STF se aprofundou e concluiu que não há "elementos mínimos" na denúncia para embasar abertura de ação penal. O que aumentou a suspeita da iniciativa privada de que para "pegar" Jucá, parte dos investigadores está atropelando "quem e o que quer que seja".



As cadeias do Paraná estão com três vezes mais detentos que a capacidade

Auditoria comprova superlotação nas cadeias do Paraná

Tribunal de Contas aponta que mais de 10 mil presos ocupavam 3 mil vagas

A inexistência de uma política pública para o setor carcerário, a falta de definição de atribuições e responsabilidades dos órgãos ligados ao setor e um baixo nível de governança são os responsáveis pelos atrasos nas obras de construção de penitenciárias, pelo agravamento da superlotação das cadeias públicas e pela deterioração das unidades penais.

Esta é, em síntese, a conclusão do Relatório da Auditoria sobre o Sistema Carcerário do Estado do

Paraná, recém-concluída pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná. O relatório, já disponível no portal do TCE-PR, documento propõe quase duas dezenas de recomendações ao governo estadual, Tribunal de Justiça e Defensoria Pública, com prazo máximo de execução de 12 meses. Proposta pelo presidente, conselheiro Durval Amaral, logo após sua posse, no ano passado, a auditoria integrou o Plano Anual de Fiscalização (PAF) de 2017 do TCE-PR.

A auditoria apontou que, conforme dados da Polícia Civil e do Departamento Penitenciário do Estado (Depen), em 10 de dezembro de 2017 havia 10.7295 presos em carceragens de delegacias e cadeias públicas no Estado ocupando 3.618 vagas, um déficit de 7.111 vagas, ou índice de superlotação de 196,5%. Ao mesmo tempo, o sistema penitenciário possuía, naquela data, 19.345 presos para 17.793 vagas, um déficit de 1.552 vagas, ou 8,7% de superlotação. ●

28 MAR 2018

JORNAL DO ÔNIBUS

Edson Fachin diz que sua família está sendo ameaçada

Ministro do Supremo pediu providências à Corte e à PF

 Relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Edson Fachin disse que a família dele tem recebido ameaças e que está preocupado com isso, a ponto de ter pedido providências à presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, e à Polícia Federal. “Nos dias atuais uma das preocupações que tenho não é só com julgamentos, mas também com segurança de membros de minha família. Tenho tra-

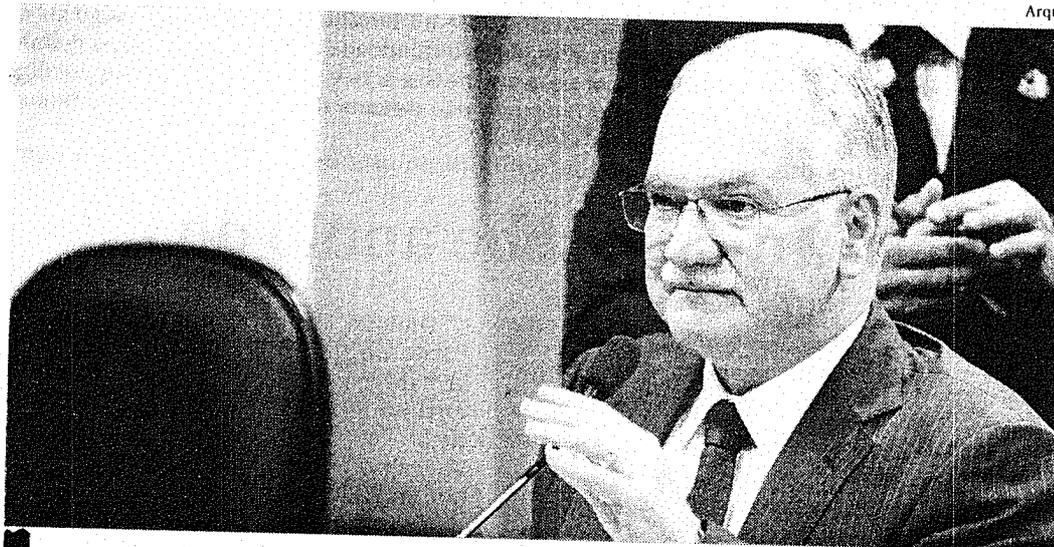
tado desse tema e de ameaças que têm sido dirigidas a membros da minha família”, disse Fachin em entrevista ao jornalista Roberto D’Avila, da GloboNews.

O ministro não especificou de quem ou de onde vêm as ameaças, nem as relacionou a nenhum fato concreto. Em Brasília, deputados federais cobraram investigação. O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, disse que a PF tem equipes à disposição do STF para in-

vestigar as ameaças “inaceitáveis” ao ministro.

Segundo Fachin, “algumas providências que solicitei à presidente e à PF por intermédio da delegada que trabalha aqui no tribunal já estão sendo adotadas”. “Nem todos os instrumentos foram agilizados, mas eu efetivamente ando preocupado com isso, e esperando que não troquemos fechadura de uma porta já arrombada também nesse tema”, concluiu Fachin. ●

Arquivo/EBC



Fachin: “Espero que não troquemos fechadura de uma porta já arrombada”

Supremo rejeita denúncia contra Jucá e Gerdau

Por unanimidade, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou ontem denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o senador Romero Jucá (MDB) e o empresário Jorge Gerdau pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. De acordo com a denúncia, apresentada no ano passado ao STF, Jucá recebeu R\$ 1,3 milhão do grupo Gerdau em doações oficiais de campanha, entre 2010 e 2014, em troca do suposto favorecimento da empresa no texto da Medida Provisória sobre tributação de empresas brasileiras no exterior.

No julgamento, com base no voto do ministro Edson Fachin, relator do caso, a Turma entendeu que não há provas na denúncia de que as doações foram feitas exclusivamente como propina ao partido e ao parlamentar. Durante o julgamento, a defesa de Jorge Gerdau disse que as denúncias são "fruto de imaginação" e afirmou que o empresário "não pode ser responsabilizado pelas movimentações financeiras feitas pelo MDB". ●

Campeão de audiência

A entrevista de Sergio Moro ao Roda Viva foi a mais vista na história do programa. Segundo o R7, "na medição prévia minuto a minuto do Ibope na Grande São Paulo, a TV Cultura atingiu quatro pontos na faixa das 22h50 às 23h00. No Twitter, a entrevista de Moro chegou a liderar o ranking dos assuntos mais comentados no Brasil e no mundo."

Família de Marielle entra com ação contra o Facebook

Anielle Barboza e Monica Benicio, irmã e companheira de Marielle Franco, respectivamente, deram entrada na tarde desta terça-feira (27) em uma ação contra o Facebook para pedir a retirada do ar de publicações e compartilhamentos com conteúdos criminosos, "sabidamente inverídicos e atentatórios à honra, dignidade e memória da vereadora" assassinada no último dia 14.

A ação foi distribuída para a 15ª Vara Cível. As autoras requereram o sigilo de Justiça, para preservar a intimidade dos usuários apontados

na inicial, pois foram apresentados prints e links com nome dos usuários que publicaram e compartilharam conteúdos questionados. A petição tem documento anexo com 75 páginas com prints e links dos usuários que publicaram e compartilharam o conteúdo combatido.

Até agora, segundo a ação, foram identificados 7 memes diferentes que foram "exaustivamente reproduzidos" no Facebook e 9 páginas públicas que compartilharam os memes e publicações atentatórias à honra, dignidade e memória de Marielle Franco. ■

28 MAR 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STJ fixa teses sobre correção e juros em condenações contra a Fazenda Pública

A correção monetária das condenações impostas à Fazenda Pública deve se basear em índices capazes de refletir a inflação ocorrida no período, e não mais na remuneração das cadernetas de poupança, cuja aplicação foi afastada pelo Supremo Tribunal Federal ao julgar inconstitucional essa previsão do artigo 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/09).

Essa foi uma das teses fixadas pela 1ª Seção do Su-

perior Tribunal de Justiça ao julgar três recursos especiais submetidos ao regime dos recursos repetitivos. A decisão traz solução para 71 mil processos que estavam suspensos.

Segundo o relator, ministro Mauro Campbell Marques, não seria possível adotar de forma apriorística um índice para a correção monetária, pois ele não iria refletir adequadamente a inflação e poderia não preservar o valor do crédito, com risco para o patrimônio

do cidadão que é credor da Fazenda Pública.

Os índices de correção adotados no julgamento, explicou o relator, não implicam prefixação ou fixação apriorística, mas a adoção de taxas que refletem a inflação ocorrida nos períodos correspondentes. “Em relação às situações futuras, a aplicação dos índices em comento, sobretudo o INPC e o IPCA-E, é legítima enquanto tais índices sejam capazes de captar o fenômeno inflacionário”, afirmou.

Ex-assistente de conselho é condenado por fingir ser advogado

Quando um ex-funcionário de conselho profissional pratica engenhosa fraude para enganar as vítimas, passando-se por outro profissional para obter vantagem ilícita, a figura típica adequada para classificar a conduta é o estelionato, e não a concussão — crime praticado por funcionário público.

Com esse fundamento, a 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região condenou um ex-funcionário do Conselho Regional de

Contabilidade de Santa Catarina que, mesmo sem ser advogado, exigia honorários de sucumbência dos associados inadimplentes.

O colegiado, entretanto, reformou decisão de primeiro grau e reclassificou a conduta, de concussão (artigo 316 do Código Penal) para estelionato (artigo 171, parágrafo 3º, do mesmo Código).

O caso envolveu um ex-assistente jurídico do conselho de contabilidade acusado de utilizar o e-mail funcional

para contatar associados devedores. Ele informava número de inscrição na OAB que, em verdade, pertencia à procuradora do conselho responsável pela área de cobranças.

Em 11 oportunidades, segundo o Ministério Público Federal, o assistente denunciado pediu aos associados e/ou representantes que depositassem em sua conta bancária valores referentes a honorários advocatícios de sucumbência, para encerrar a execução fiscal.

28 MAR 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aroldo Murá

SÉRGIO MORO NO RODA VIVA: PISANDO EM OVOS E DELES FAZENDO OMELETE

Em análise da entrevista de Sérgio Moro, no Roda Viva, segunda, (26), na TV Cultura, a dadivosa Folha de S. Paulo enxergou recado sutil em elogio do juiz a Rosa Weber, ministra do STF que pode desempatar a decisão sobre não conceder o habeas corpus ao ex-presidente Lula na próxima segunda-feira (4 de abril).

ELOGIOS A ROSA WEBER

Moro trabalhou como auxiliar da ministra durante as investigações do mensalão. "Tenho apreço especial pela ministra Rosa Weber. Pude observar a seriedade da ministra, a qualidade técnica da ministra", disse.

E O TEORI?

Para a Folha, Moro citou apenas dois ministros do STF: Weber e o decano Celso de Mello. Não é verdade. Quem assistiu ao programa, o último apresentado pelo jornalista Augusto Nunes, viu mais do que isso. Moro teceu longos elogios a Teori Zavascki (morto em janeiro de 2017), para ele o grande condutor da Lava Jato. "Posso afirmar que sem o ministro, não haveria a operação", afirmou. É o tipo de coisa que passa despercebido, ao menos para a Folha, porque afinal, Zavascki está morto e não pode votar.

ADIANTADO DA HORA

O substancial da entrevista passou ao largo da Folha, talvez pelo adiantado da hora e pelo fato de que o jornal é um



Sergio Moro na Roda Viva do dia 26: respostas objetivas, sempre

produto industrial que deve ser colocado no ar e, no caso da Folha, ainda impresso nas rotativas.

RISONHOS E SACUDIDOS

O que Moro disse é o óbvio: se o STF irá rever decisão jurisprudencial de apenas dois anos atrás, ao menos 120 condenados em segunda instância, só na 13ª Vara Federal de Curitiba, onde o juiz dá expediente, serão soltos, risonhos e sacudidos. Entre eles não estão apenas os "inocentes" da Lava Jato, mas peculatórios de milhões, estelionatários, traficantes e pedófilos. Sim, pedófilos.

À ESPERA DO TRÂNSITO EM JULGADO

Ou seja, o ato do STF rever a própria decisão não só significa um passo atrás em uma decisão que era um passo à frente. Gera insegurança jurídica já devidamente insegura, escancara as prisões e põe criminosos a quem só cabe recurso em instâncias superiores – não há mais produção de

provas – na varanda de suas casas esperando o trânsito em julgado passar.

PIOR REMÉDIO

Moro falou de outros assuntos. Tentou explicar, por exemplo, porque considera que o auxílio-moradia que recebe serve como complementação salarial. Não convenceu. O argumento de que os magistrados estão sem reajuste há três anos também não pareceu comover a plateia. Ele deveria desdizer o que disse e ponto. Lembrar é o pior remédio.

BRIGA NO STF

Ficou o registro da primeira entrevista de Moro à imprensa. Sem sobressaltos. Ele manteve a discrição, evitou nomes e revelou pouco do seu juízo sobre a encarniçada briga política travada nos corredores do STF.

ESTOQUE DE VENTO QUE TRAZ A TEMPESTADE

Nos bastidores, a esquerda (cada vez mais um ente difuso e desconhecido) subia nas pantufas para protestar contra a série "O Mecanismo" lançado pela Netflix, que trata dos primeiros passos da Operação Lava Jato, em 2014. Das catacumbas, a ex-presidente Dilma Rousseff mandou "bilhete ameaçador": "A Netflix não está sabendo onde se meteu". A considerar a declaração da petista teme-se agora que ela estoque vento suficiente para lançar uma tempestade sobre nós.

28 MAR 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Servidor suspenso em ação criminal não pode ter o salário cortado

O fato de um servidor público ter sido suspenso da função não permite que o salário também seja congelado se a decisão tiver sido em caráter liminar. Tal medida infringe princípios constitucionais, como o da presunção de inocência.

Com base nesse entendimento, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul determinou a volta imediata do pagamento dos vencimentos básicos de um engenheiro civil da Prefeitura de Cerro Largo. A corte também determinou a complementação salarial referente ao mês de dezembro de 2017.

Funcionário público desde 2010, o homem foi denunciado sob acusação de cobrar para aprovar projetos do Executivo local. Um processo administrativo disciplinar chegou a ser aberto na prefeitura, com desfecho favorável ao engenheiro. De acordo com o relatório final da sindicância, não há como comprovar a denúncia.

A polícia e o Ministério Público, no entanto, tiveram conclusão diversa e pediram que o servidor fosse afastado da função pública e proibido de frequentar a Secretaria de Obras e a Prefeitura de Cerro Largo.

O júízo de primeiro grau determinou, em dezembro do ano passado, a suspensão da função pública, bem como a proibição do acesso às dependências da prefeitura e a entrega das chaves que o servidor tivesse consigo dos órgãos que frequentava. Além disso, o salário do servidor também ficou suspenso.

28 MAR 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Segunda Turma do STF rejeita denúncia contra Jucá e Jorge Gerdau

Por unanimidade, a Segunda Turma do STF rejeitou ontem denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o senador Romero Jucá (MDB-RR) e o empresário Jorge Gerdau pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

De acordo com a denúncia, apresentada no ano passado ao STF, Jucá recebeu R\$ 1,3 milhões do grupo Gerdau em doações oficiais de campanha, entre 2010 e 2014, em troca do suposto favorecimento da empresa no texto da Medida Provisória (MP) 627/2013 sobre tributação de empresas brasileiras no exterior.

Jucá foi relator da matéria. Os valores, segundo a procuradoria, foram depositados em favor do diretório nacional e de Roraima do MDB e repassados à campanha do parlamentar.

No julgamento, com base no voto do ministro Edson Fachin, relator do caso, a Turma entendeu que não há provas na denúncia de que as doações foram feitas exclusivamente como propina ao partido e ao parlamentar.

TRF4 publica decisão em que negou embargo de Lula contra condenação

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) publicou ontem o acórdão (decisão de órgão colegiado) com a decisão pela qual rejeitou o embargo de declaração do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na segunda-feira, a Oitava Turma do TRF4, composta pelos desembargadores João Pedro Gebran Neto, Victor Laus e Leandro Paulsen, rejeitou, por unanimidade, o embargo de declaração, tipo de recurso destinado a esclarecer o texto de uma sentença, mas com o qual a defesa de Lula preten-

dia reverter sua condenação por corrupção e lavagem de dinheiro no caso do triplex no Guarujá (SP).

Com a publicação do acórdão, a defesa de Lula pode, em tese, protocolar novo embargo de declaração contra a decisão que negou o primeiro embargo. O costume, no entanto, é que os desembargadores do TRF4 neguem rapidamente esse segundo recurso, por considerá-lo meramente protelatório. Isso encerraria a tramitação do processo de Lula na segunda instância.

BEMPARANÁ

JÔNATAS PIKIEL

28 MAR 2018

#A CONDOTA E O DIREITO PENAL

O STF se auto extinguiu

A "suprema corte" pode até continuar existindo institucionalmente, mas do ponto de vista jurídico-moral ela já não existe faz tempo. Nunca se viu uma Corte Constitucional com tamanhos equívocos jurídicos, falta de consenso nas decisões e decisões dirigidas a atender este ou aquele interesse que não é da sociedade brasileira.

A transparência serviu para revelar o conteúdo e a personalidade de seus membros, que se suicidam pela vaidade e pela defesa de interesses particulares em prejuízo dos interesses do Brasil. Este fato se revela não a partir do julgamento que manteve um condenado em liberdade, por liminar, onde os trabalhos são interrompidos porque um ministro tem horário de voo marcado para tratar de assuntos particulares.

Ou, porque o condenado terá em seu favor confirmado a liminar que o impede de ser preso, mesmo com decisão já mantida em segundo grau, ainda que contra ela ainda possa caber uma "chicana": os embargos dos embargos, porque outro ministro já avisou que estará fora do julgamento no dia 4 de abril, também para tratar de interesses particulares. O Supremo, fora raras exceções, tornou-se uma casa de satisfação pessoal de seus membros, à revelia do que espera o mundo jurídico ou a sociedade brasileira.

Não se produz mais no Supremo jurisprudência de respeito, mas de desconstrói a jurisprudência criada pelas instâncias inferiores do Poder Judiciário. Eles não se incomodam mais com o que a sociedade pensa de suas mordomias e de seus altos salários. Do aproveitamento do cargo para promoção e satisfação de interesses pessoais.

Infelizmente, a Ordem dos Advogados está alheia a todas estas agressões ao direito da sociedade e à ruptura da ordem constitucional, que vem ao longo dos últimos dez anos, sendo feita pela própria casa guardiã da Constituição. A sociedade brasileira, durante toda semana passada, e alguns países do mundo, riram daqueles que moram na "casinha dos supremos".

Situação que se confirma a ponto de um ministro falar para o outro:

"...A vida para vossa excelência é ofender as pessoas. Não tem nenhuma ideia. Nenhuma. Nenhuma. Só ofende as pessoas. Ofende as pessoas. Qual é a sua ideia? Qual é a sua proposta? Nenhuma. Nenhuma. É bôlis, ódio, mau sentimento. É uma coisa horrível. Vossa excelência nos envergonha. Vossa excelência é uma desonra para o tribunal. Uma desonra para todos nós, um temperamento agressivo, grosseiro, rude. É péssimo isso. Vossa excelência sozinho desmoraliza o tribunal...".

*O autor é advogado criminalista
(jonataspirkiel@terra.com.br)

BEMPARANÁ 28 MAR 2018

KARLOS KOHLBACH

STF: acordão e covardia?

Com quase dois anos de atraso os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) têm a chance de responder a insinuação criminosa do então ministro do Planejamento, Romero Jucá (MDB) que em 23 de maio de 2016 falou que em um eventual governo Michel Temer deveria se construir um pacto nacional "com Supremo, com tudo". Este pacto deveria "estancar a sangria" causada pela Operação Lava Jato. Jucá foi além. Afirmou que havia mantido conversas com ministros do Supremo, sem nomeá-los.

Voltemos ao tempo. Dilma Rousseff (PT) respondia pela presidência da República e estava em curso o processo de impeachment no Congresso Nacional. Jucá conversava com Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro. O diálogo foi gravado pelo próprio Machado com objetivo de fechar uma delação premiada. E dos atuais ministros, somente Alexandre de Moraes não integrava a Suprema Corte. Moraes assumiu a cadeira de Teori Zavascki que era relator da Lava Jato no STF e morreu num acidente de avião.

Pois bem. Na próxima semana, se nada mudar até lá, os excelentíssimos ministros vão julgar o habeas corpus impetrado pela defesa do ex-presidente petista Luiz Inácio Lula da Silva que, em suma, quer reverter um entendimento do próprio Supremo quanto ao início da execução da pena. Em fevereiro de 2016, os mesmos ministros do Supremo Tribunal Federal, em sua maioria e com relatoria do ministro Teori, admitiram o início do cumprimento da pena após condenação em segunda instância.

Este entendimento está na iminência de ser revisto. Não deveria, mas a aplicação da pena após julgamento de um colegiado será novamente apreciada pela Suprema Corte. Só colocar o habeas corpus de Lula em julgamento já significa um retrocesso não só ao STF, mas em especial à presidente Carmen Lúcia que, dois meses atrás, disse que revisar o início da execução penal após condenação em segunda instância por causa de Lula seria "apequenar o STF". E de fato apequenou, resta saber a que tamanho.

A pressão exercida sobre Carmen Lúcia foi, sem dúvida, severa e vinda de todos os lados e poderes – até mesmo entre seus pares. Mas, esperava-se encontrar na presidente da Suprema Corte uma rigidez moral alheia a qualquer tipo de investida. Não a vimos.

Uma revisão do entendimento preconizado por Teori em 2016 terá consequências verdadeiramente danosas. E não se trata aqui só do impedimento da prisão do ex-presidente Lula, que teve nesta semana a confirmação da pena de 12 anos no processo referente ao triplex do Guarujá. Os brasileiros assistirão criminosos deixando as penitenciárias de todo o Brasil pela porta da frente. Um verdadeiro deboche. E não são só presos da Lava Jato que serão postos em liberdade. Veremos traficantes, estupradores, assaltantes, assassinos e toda horda de criminosos voltando para as ruas para aguardar o julgamento do último recurso nas instâncias superiores.

Em resumo, o STF andarà na contramão da vontade do povo brasileiro que não aguenta mais escândalos de corrupção e que espera que Justiça seja igual para todos. Vai na contramão da Operação Lava Jato que tem colocado na prisão executivos e políticos que sequer conheciam o sistema prisional do país.

BEMPARANÁ 28 MAR 2018

Gratificação

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa aprovou ontem o projeto de lei que cria nova gratificação de até um terço do salário para magistrados do Paraná que acumulem funções. A proposta, que tramita em regime de urgência, passou com um voto contrário, do deputado Tadeu Veneri (PT) e deve ir à votação plenária hoje. Na segunda-feira, o Ministério Público protocolou na Assembleia outro projeto para garantir a mesma gratificação reivindicada pelos juizes, para promotores ou procuradores que exerçam cargos de comando no órgão ou acumulem funções.



Pedro de Oliveira/Alep

Teto

O líder do governo na Assembleia, deputado Luiz Claudio Romanelli (PSB) defendeu os projetos. "Não estamos tratando de conceder de forma indistinta a todos membros da magistratura ou do Ministério Público. É dentro, naturalmente, do teto constitucional. Há de se reconhecer, por conta de um conjunto de circunstâncias, até pela crise que o país atravessa, que magistrados e membros do MP não têm data-base já há muitos anos. O salário deles está congelado", aponta.

Custo

No caso do projeto do MP, um promotor de Justiça, que recebe R\$ 24 mil, teria bonificação no contracheque de R\$ 8 mil. A gratificação, porém, não pode fazer a remuneração mensal exceder o teto do MP paranaense – hoje em R\$ 30,4 mil. A gratificação é diferente do auxílio-moradia de R\$ 4,3 mil, por exemplo, que fica de fora do cálculo, permitido o recebimento acima do teto. No caso da gratificação dos magistrados, um juiz de primeiro grau, por exemplo, que tem remuneração base de R\$ 26 mil, teria direito a até R\$ 8,7 mil a mais no contracheque. O custo anual da gratificação aos cofres do MP deve ficar em torno de R\$ 6,6 milhões. A gratificação dos magistrados deve custar 2,2 milhões por ano.

STF arquiva denúncia contra senador Romero Jucá

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou, por unanimidade, a denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o senador Romero Jucá (MDB-RR) e o empresário Jorge Gerdau no âmbito da Operação Zelotes. Participaram da sessão de ontem os ministros Dias Toffoli, Celso de Mello e Edson Fachin, relator do inquérito que investiga Jucá e Gerdau. Gilmar Mendes,

que está em Portugal, e Ricardo Lewandowski não compareceram à sessão.

Jucá é acusado de, nos anos de 2010 e 2014, ter recebido R\$ 1,333 milhão paga mediante diversas doações oficiais feitas por Gerdau. O empresário, por sua vez, teria feito o pagamento por meio de doações oficiais aos diretórios do MDB Nacional e do Estado de Roraima com o objetivo de obter favorecimentos à sua empresa.

PAINEL

Acúmulo

Oficial de Justiça pode acumular cargo com o de professor da rede pública, desde que haja compatibilidade de horários. O entendimento é do Pleno do TJ da Paraíba.

Identidade

Banco não pode recusar carteira funcional de servidor do Judiciário como meio de identificação. O entendimento é da 3ª Turma Cível do TJ do Distrito Federal

Presunção

Servidor público suspenso liminarmente da função em processo criminal não pode ter salário cortado, pois tal medida fere o princípio constitucional da presunção da inocência. O entendimento é do TJ do Rio Grande do Sul.

Relator da Lava Jato, Fachin denuncia ameaças

O relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, afirmou ter havido ameaças a membros de sua família e se disse preocupado com a segurança. O ministro do Supremo disse que tem tratado do assunto com a presidente da corte, ministra Cármen Lúcia, e com uma delegada da Polícia Federal que atua no tribunal, e contou que pediu providências.

"Uma das preocupações que tenho não é só com julgamentos, mas também com a segurança de membros de minha família. Tenho tratado desse tema e de ameaças que têm sido dirigidas a membros de minha família." Ele disse que "nem todos os instrumentos ainda foram agilizados".